

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	23
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	25
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	26
2.5 Medições não contábeis	27
2.6 Eventos subsequentes as DFs	34
2.7 Destinação de resultados	35
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	37
2.10 Planos de negócios	38
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	41
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	42
5.2 Descrição dos controles internos	49
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	58
5.5 Outras informações relevantes	59

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. Comentário dos Diretores

Os diretores da Companhia apresentam neste item 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Vivara, que são de responsabilidade da Administração do Grupo Vivara, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Salientamos ainda que, para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos a Vivara Participações S.A., e o termo “Grupo Vivara” é usado para tratar as informações combinadas das empresas subsidiárias operacionais, Tellerina e Conipa.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas neste item 2 significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

#### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

##### a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,8x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2022, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 382,9 milhões, R\$ 270,8 milhões menor do que em 31 de dezembro de 2021, em razão dos investimentos realizados para aceleração do plano de expansão orgânica da Vivara e Life, da alocação em capital de giro, bem como, pela amortização de R\$ 55,3 milhões de dívida, em janeiro de 2022. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2021 com caixa líquido de R\$ 157,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,8x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2021, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 653,7 milhões, R\$ 48,2 menor do que em 31 de dezembro de 2020, em razão dos investimentos realizados para aceleração do plano de expansão orgânica da Vivara e Life. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2021 com caixa líquido de R\$ 362,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento bruto total da Companhia foi de 0,8x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em dezembro de 2019, o índice também foi de 0,8x.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários era de R\$ 701,9 milhões, R\$ 260,1 maior do que em 31 de dezembro de 2019, reflexo da geração de caixa operacional. Desta forma, a Companhia encerrou o exercício social de 2020 com caixa líquido de R\$ 311,6 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.657,9 milhões, a dívida bruta R\$ 225,2 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$ 382,9 milhões, resultando em um caixa líquido de R\$ 157,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 392,7 milhões, a dívida bruta R\$291,2 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$653,7 milhões, resultando em um caixa líquido de R\$362,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.171,5 milhões, a dívida bruta R\$390,3 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos de títulos e valores mobiliários era de R\$701,9 milhões, resultando em um caixa líquido de R\$311,6 milhões.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido nos exercícios e períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.274.220	1.171.137	969.221
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.657.953	1.392.731	1.171.476
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>2.932.173</b>	<b>2.563.869</b>	<b>2.140.697</b>
Parcela de capital de terceiros	43,5%	45,7%	45,3%
Parcela de capital próprio	56,5%	54,3%	54,7%

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 2,3x e 2,4x, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 225,2 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data, a Companhia não possui nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longos prazos.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste documento, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Na data deste documento, a Companhia não era parte de contratos de empréstimo de financiamento.

No entanto, suas subsidiárias operacionais, quais sejam Conipa e Tellerina, são partes de 6 (seis) contratos financeiros, celebrados com o Itaú Unibanco S.A., o Banco Safra S.A., o Banco Santander, e Banco Bradesco S.A, e o Banco do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor total em aberto era de R\$ 225,2 milhões.

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Tellerina e Conipa, em vigor em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

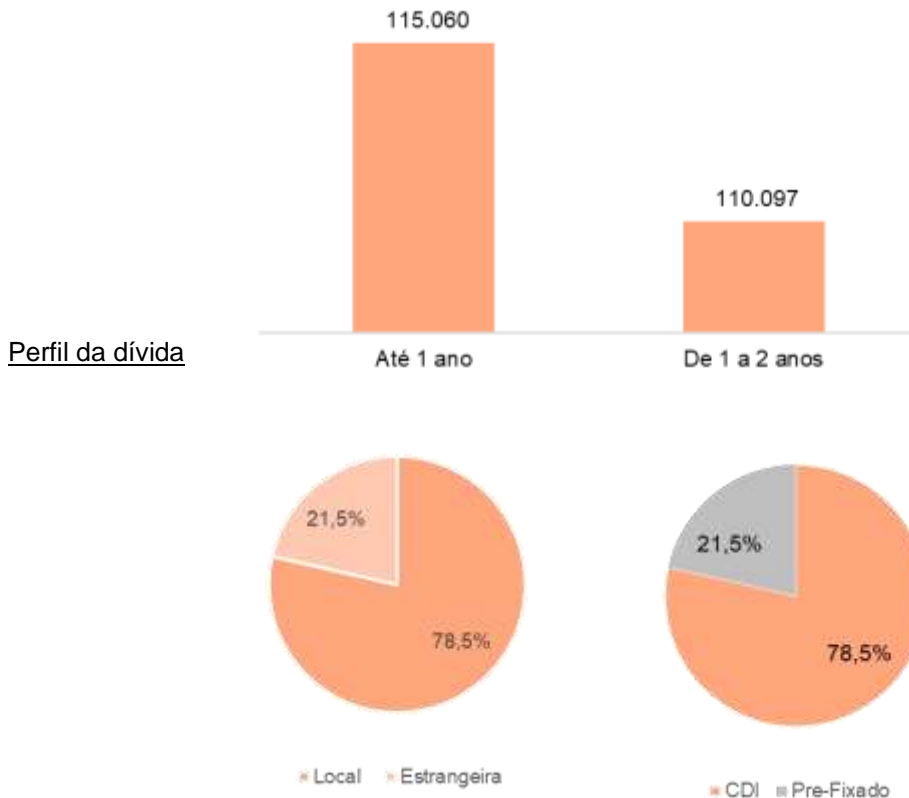
## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Em moeda local</b>					
Capital de Giro - Banco do Brasil	CDI + 0,95% a.a.	fev/21	-	-	100.308
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 2,203547% a.a.	jan/23	2.512	12.544	22.524
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 1,55% a.a.	dez/24	20.091	-	-
Capital de Giro - Banco Santander	100 % CDI + 2.46% BASE 360	set/22	-	41.058	40.473
Capital de Giro - Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,3304% a.a.	dez/21	-	-	50.039
Capital de Giro - Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,4714% a.a.	dez/23	50.253	50.202	-
Capital de Giro - Banco Safra	CDI + 1,60% a.a.	dez/22	-	21.115	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	abr/22	-	46.751	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	abr/22	-	6.375	-
Capital de Giro - Banco Itaú	CDI + 1,55% a.a.	set/24	41.672	-	-
Capital de Giro - Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 2,55% a.a.	out/23	62.294	61.489	60.663
CDC - Banco de Lage Landen Brasil S.A.	-	jan/21	-	-	2.214
<b>Total de empréstimos em R\$</b>			<b>176.823</b>	<b>239.534</b>	<b>276.221</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Resolução 4131 - Banco Itaú	USD + 1% a.a.	mar/21	-	-	52.778
Resolução 4131 - Banco Itaú	Pré-fixado 2,754% a.a.	fev/21	-	-	61.322
Resolução 4131 - Banco Santander	Pré-fixado 2,3475% a.a.	fev/24	48.334	51.678	-
<b>Total de empréstimos em moeda estrangeira</b>			<b>48.334</b>	<b>51.678</b>	<b>114.100</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>225.157</b>	<b>291.212</b>	<b>390.321</b>

Abaixo o calendário de amortização da dívida, excluindo os efeitos dos derivativos, bem como a abertura do perfil da dívida:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Calendário de Amortização da Dívida (excluindo os contratos de swap):



### **(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia mantém relações estreitas e dinâmicas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Tellerina e Conipa têm suprido adequadamente as necessidades financeiras na administração e na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis novas frentes nas relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com a estratégia da Companhia.

### **(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2022 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

### **(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Importante destacar que para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes, em 31 de dezembro de 2022 com instituições financeiras não existem cláusulas restritivas ("covenant").

### **g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data deste documento, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### **h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

#### Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

Nossa receita líquida é composta por: (i) venda de mercadorias e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas e trocas de produtos vendidos.

As receitas com venda de mercadoria são geradas por todos os nossos pontos de venda, *e-commerce*, televendas e vendas realizadas em parcerias corporativas estratégicas. Além disso, prestamos serviço de manutenção e assistência técnica dos nossos produtos.

Os impostos sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado são ICMS, PIS e COFINS, ISS e F.T.I. (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas).

A Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ, ICMS, PIS, COFINS, Imposto de Importação e IPI relacionados, sobretudo, à nossa atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Para mais informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta às demonstrações Financeiras Anuais e Intermediárias, bem como ao Formulário de Referência, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

#### Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição de matérias primas (ouro, prata, pedras preciosas, entre outras) e dos produtos que vendemos. Adicionalmente, nos estados em que atuamos, vigora o regime de substituição tributária do ICMS para duas categorias específicas de produtos do nosso mix de vendas: canetas e perfumes. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*markup*), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado, o recolhimento desta substituição tributária do ICMS é reconhecido em nossos estoques e impacta o custo das nossas mercadorias vendidas, quando as vendas são realizadas. Adicionalmente, temos insumos que entram na linha de custo das mercadorias vendidas que são denominados em dólar e, portanto, esta linha é afetada por variações cambiais.

#### Despesas com vendas

Nossas despesas com vendas são decorrentes das operações das nossas lojas e algumas despesas da operação de nossa fábrica. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, fretes do e-commerce, aluguéis e condomínios, comissão sobre cartões de crédito, segurança e energia.

#### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritório de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como despesas com pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios dos colaboradores de áreas administrativas, além de consultorias, assessorias especializadas, depreciação e amortização.

#### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente do movimento em contas específicas de provisões cíveis, trabalhistas, entre outros movimentos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais contas contábeis são as despesas de juros e encargos incidentes sobre o endividamento, juros sobre antecipações de cartão de crédito, rendimentos de aplicações financeiras e correção monetária.

### Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e indústria de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Importante destacar que a Companhia possui incentivos fiscais de IRPJ relacionados, sobretudo, a sua atividade de produção na Zona Franca de Manaus. Para mais informações sobre os benefícios fiscais da Companhia, sugerimos a consulta das Demonstrações Financeiras Anuais e Intermediárias, bem como do Formulário de Referência, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)	2022	AV	AH	2021	AV
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1.843.735</b>	<b>100,0%</b>	<b>25,7%</b>	<b>1.466.387</b>	<b>100,0%</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(573.528)	(31,1%)	20,8%	(474.909)	(32,4%)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.270.208</b>	<b>68,9%</b>	<b>28,1%</b>	<b>991.478</b>	<b>67,6%</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(893.835)</b>	<b>(48,5%)</b>	<b>28,3%</b>	<b>(696.791)</b>	<b>(47,5%)</b>
Com vendas	(657.049)	(35,6%)	30,8%	(502.415)	(34,3%)
Gerais e administrativas	(235.886)	(12,8%)	27,5%	(185.038)	(12,6%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(901)	(0,0%)	(90,4%)	(9.338)	(0,6%)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>376.372</b>	<b>20,4%</b>	<b>27,7%</b>	<b>294.686</b>	<b>20,1%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(45.338)</b>	<b>(2,5%)</b>	<b>43,9%</b>	<b>(31.509)</b>	<b>(2,1%)</b>
Receitas financeiras	46.581	2,5%	23,9%	37.602	2,6%
Despesas financeiras	(91.919)	(5,0%)	33,0%	(69.112)	(4,7%)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>331.035</b>	<b>18,0%</b>	<b>25,8%</b>	<b>263.177</b>	<b>17,9%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>29.820</b>	<b>1,6%</b>	<b>(15,6%)</b>	<b>35.313</b>	<b>2,4%</b>
Correntes	(57.015)	(3,1%)	521,5%	(9.174)	(0,6%)
Diferidos	86.835	4,7%	95,2%	44.487	3,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>360.854</b>	<b>19,6%</b>	<b>20,9%</b>	<b>298.490</b>	<b>20,4%</b>

#### Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.843,7 milhões, comparativamente a R\$ 1.466,4 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 377,3 milhões ou um crescimento de 25,7%. A receita da Companhia foi impulsionada pelo (i) aumento de área de vendas através da abertura de 53 novos pontos de vendas, sendo 14 Lojas Vivara e 39 Lojas Life; e (ii) crescimento de 15,8% de vendas das mesmas lojas (SSS), incluindo lojas e as vendas digitais. Em 2022, as vendas digitais foram responsáveis por 13,3% da receita total.

#### Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 573,9 milhões, comparativamente a R\$ 474,9 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de -R\$ 98,0 milhões ou 20,8%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 31,1% e 32,4% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

O Lucro Bruto de 2022 totalizou R\$ 1.270,2 milhões, um crescimento de 28,1% comparado ao mesmo período de 2021, atingindo Margem Bruta de 68,9%. A expansão de 1,3 p.p. na Margem Bruta da Companhia, na comparação dos períodos, deveu-se, principalmente, ao aumento da participação da categoria Life nas vendas, aliado à correta política de precificação em todas as categorias.

### Receitas (despesas) operacionais

#### Despesas com vendas

As Despesas com Vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 657,0 milhões, comparativamente a R\$ 502,4 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 154,6 milhões ou +30,8%. As Despesas com Vendas representaram (35,6%) e (34,3%) da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

#### Despesas gerais e administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 235,9 milhões, comparativamente a R\$ 185,0 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 50,8 milhões ou +27,5%. As Despesas Gerais e Administrativas representaram (12,8%) e (12,6%) da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

#### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras Receitas (despesas) Operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de -R\$ 0,9 milhão, comparativamente a -R\$ 9,3 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 8,4 milhões. Outras Receitas (despesas) Operacionais líquidas representaram 0,0% e 0,6% da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

#### Lucro antes do resultado financeiro

O Lucro antes do Resultado Financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 376,4 milhões, comparativamente a R\$ 294,7 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 81,7 milhões ou 27,7%. O Lucro antes do Resultado Financeiro representou 20,4% e 20,1% da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

#### Resultado financeiro líquido

O Resultado Financeiro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em -R\$ 45,3 milhões, comparativamente a -R\$ 31,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de -R\$ 13,8 milhões. O Resultado Financeiro líquido representou (2,5%) e (2,1%) da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

As despesas financeiras totalizaram -R\$ 91,9 milhões, em dezembro de 2022 e -R\$ 69,1 milhões, no mesmo período do ano anterior. Esse aumento observado em 2022 reflete o maior custo da dívida pelo aumento da taxa básica de juros (CDI). As receitas financeiras registraram R\$ 46,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 37,6 milhões em dezembro de 2021, esse aumento também é resultado principalmente do aumento da taxa básica de juros (CDI) das aplicações financeiras.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 331,0 milhões, comparativamente a R\$ 263,2 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 67,8 milhões ou 25,8%. O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 18,0% e 17,9% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 29,8 milhões, comparativamente a R\$ 35,3 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 5,5 milhões ou 15,6%.

O Imposto de Renda e Contribuição Social representou 1,6% e 2,4% da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. A alíquota efetiva de 9,0% em 2022 foi beneficiada principalmente pelo crédito de imposto diferido, em virtude do maior volume de produção da fábrica de Manaus.

### Lucro líquido

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 360,8 milhões, comparativamente a R\$ 298,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 62,4 milhões ou 20,9%. O Lucro Líquido representou 19,6% e 20,4% da Receita Líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)	2021	AV	2020	AV	AH
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1.466.387</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.047.547</b>	<b>100,0%</b>	<b>40,0%</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(474.909)	(32,4%)	(330.064)	(31,5%)	43,9%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>991.478</b>	<b>67,6%</b>	<b>717.483</b>	<b>68,5%</b>	<b>38,2%</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(696.791)</b>	<b>(47,5%)</b>	<b>(512.405)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>36,0%</b>
Com vendas	(502.415)	(34,3%)	(365.296)	(34,9%)	37,5%
Gerais e administrativas	(185.038)	(12,6%)	(153.676)	(14,7%)	20,4%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.338)	(0,6%)	6.567	0,6%	(242,2%)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>294.686</b>	<b>20,1%</b>	<b>205.079</b>	<b>19,6%</b>	<b>43,7%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(31.509)</b>	<b>(2,1%)</b>	<b>(41.542)</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>(24,2%)</b>
Receitas financeiras	37.602	2,6%	23.632	2,3%	59,1%
Despesas financeiras	(69.112)	(4,7%)	(65.174)	(6,2%)	6,0%
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>263.177</b>	<b>17,9%</b>	<b>163.537</b>	<b>15,6%</b>	<b>60,9%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>35.313</b>	<b>2,4%</b>	<b>(16.865)</b>	<b>(1,6%)</b>	<b>(309,4%)</b>
Correntes	(9.174)	(0,6%)	(17.626)	(1,7%)	(48,0%)
Diferidos	44.487	3,0%	761	0,1%	5746,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>298.490</b>	<b>20,4%</b>	<b>146.672</b>	<b>14,0%</b>	<b>103,5%</b>

#### Receita líquida das vendas de mercadorias e serviços prestados

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.466,4 milhões, comparativamente a R\$1.047,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$418,8 milhões ou um crescimento de 40,0%. Mesmo com o primeiro semestre do ano, materialmente, impactado pelo fechamento dos principais shoppings do país, com a intensificação das medidas restritivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, a receita da Companhia foi impulsionada pela abertura dos 46 novos pontos de vendas, sendo 21 lojas Vivara, 20 lojas Life e 5 quiosques, bem como pela operação das lojas maduras. O SSS do período foi de 16,1% vs 2019 e 32,1% vs 2020.

Mesmo com a retomada integral da operação de lojas físicas, as vendas digitais mantiveram a penetração acima dos níveis pré-pandemia, contribuindo, assim, com uma venda incremental significativa. Em 2021, as vendas digitais foram responsáveis por 17,4% da receita total, comparado à penetração de 7,5% registrada em 2019. O projeto “Jóias em Ação”, iniciado em abril de 2020, contribuiu positivamente para o desempenho do canal online. No ano, o projeto foi responsável por 31,2% das vendas digitais, registrando um total de R\$ 101,5 milhões em vendas.

#### Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 474,9 milhões, comparativamente a R\$ 330,1 milhões no mesmo período de 2020, o que

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

representou uma variação de -R\$ 144,8 milhões ou 43,9%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 32,4% e 31,5% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

O Lucro Bruto de 2021 totalizou R\$ 991,5 milhões, crescimento de 24,3% comparado ao mesmo período de 2019 e de 38,2%, com relação a 2020, atingindo Margem Bruta de 67,6%, alinhada aos patamares saudáveis.

A rentabilidade bruta foi impactada pelo aumento do quadro de funcionários e maior volume de despesas gerais da fábrica, em razão do maior volume de internalização de produção e aumento da capacidade da unidade fabril. A internalização dos produtos Life atingiu 80%.

### Receitas (despesas) operacionais

#### Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 502,4 milhões, comparativamente a R\$ 365,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 137,1 milhões ou +37,5%. As despesas com vendas representaram (34,3%) e (34,9%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A variação apresentada é explicada, principalmente, pelo crescimento das despesas com comissão sobre cartões e impostos e taxas, impulsionado pela adição de mais pontos de vendas ao parque; maior volume de investimentos em marketing digital e campanhas; e aumento das despesas com pessoal, reflexo da aceleração de vendas e do plano de expansão.

#### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 185,1 milhões, comparativamente a R\$ 153,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 31,3 milhões ou +20,4%. As despesas gerais e administrativas representaram (12,6%) e (14,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Essa variação foi resultado, principalmente, pelo aumento das despesas com pessoal, relacionado ao aumento de quadro administrativo para reforço de áreas estratégicas e aumento de despesas com prestadores de serviços nas frentes de *e-commerce* e tecnologia.

#### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de -R\$ 9,3 milhões, comparativamente a R\$ 6,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$15,9 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram -0,6% e 0,6% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Este aumento é atribuído substancialmente pelo impacto em R\$ 7,1 milhões, pelo estorno de provisões de créditos tributários de PIS/COFINS.

#### Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 294,7 milhões, comparativamente a R\$ 205,1 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 89,7 milhões ou 43,7%. O lucro antes do resultado financeiro representou 20,1% e 19,6% da receita líquida, nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído aos efeitos acima mencionados.

#### Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi negativo em -R\$ 31,5

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões, comparativamente a -R\$ 41,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 10,0 milhões. O resultado financeiro líquido representou (2,1%) e (4,0%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

As despesas financeiras totalizaram - R\$ 69,1 milhões, em dezembro de 2021 e - R\$ 66,2 milhões, no mesmo período do ano anterior. Esse leve aumento observado em 2021 reflete o maior custo da dívida pelo aumento da taxa básica de juros (CDI). As receitas financeiras registraram R\$ 37,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 23,6 milhões, em dezembro de 2020, esse aumento também é resultado principalmente do aumento da taxa básica de juros (CDI) das aplicações financeiras.

### Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 263,2 milhões, comparativamente a R\$ 163,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 99,6 milhões ou 60,9%. O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,9% e 15,6% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 35,3 milhões, comparativamente a -R\$ 16,9 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 52,2 milhões ou 309,4%. O imposto de renda e a contribuição social representou 2,4% e (1,6%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. A alíquota efetiva de 13,3% em 2021 foi beneficiada principalmente: (i) pelo crédito de imposto diferido, em virtude do maior volume de produção da fábrica de Manaus; (ii) pelo reconhecimento de R\$ 18,9 milhões dos créditos de IRPJ e CSLL sobre a inconstitucionalidade da tributação da correção Selic sobre indêbitos tributários; e (iii) pela declaração de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 65,0 milhões a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

### Lucro líquido

O lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 298,5 milhões, comparativamente a R\$ 146,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 151,8 milhões ou 103,5%.

O lucro líquido representou 20,4% e 14,0% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O resultado robusto, dobrando de tamanho em relação ao mesmo período do ano anterior, é consequência do bom ritmo de vendas, a correta composição de estoque e o rígido controle de despesas operacionais.

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b> (em R\$ milhares)	<b>2020</b>	<b>AV</b>	<b>2019</b>	<b>A</b> <b>V</b>	<b>A</b> <b>H</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>1.047.547</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.171.360</b>	<b>100,0%</b>	<b>(10,6%)</b>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(330.064)	(31,5%)	(373.615)	(31,9%)	(11,7%)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>717.483</b>	<b>68,5%</b>	<b>797.745</b>	<b>68,1%</b>	<b>(10,1%)</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(512.405)</b>	<b>(48,9%)</b>	<b>(436.119)</b>	<b>(37,2%)</b>	<b>17,5%</b>
Com vendas	(365.296)	(34,9%)	(360.069)	(30,7%)	1,5%
Gerais e administrativas	(153.676)	(14,7%)	(183.493)	(15,7%)	(16,2%)
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	(247)	(0,0%)	(100,0%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.567	0,6%	107.690	9,2%	(93,9%)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>205.079</b>	<b>19,6%</b>	<b>361.626</b>	<b>30,9%</b>	<b>(43,3%)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(41.542)</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>(2.461)</b>	<b>(0,2%)</b>	<b>1588,2%</b>
Receitas financeiras	23.632	2,3%	66.780	5,7%	(64,6%)
Despesas financeiras	(65.174)	(6,2%)	(69.241)	(5,9%)	(5,9%)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>163.537</b>	<b>15,6%</b>	<b>359.165</b>	<b>30,7%</b>	<b>(54,5%)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(16.865)</b>	<b>(1,6%)</b>	<b>(40.914)</b>	<b>(3,5%)</b>	<b>(58,8%)</b>
Correntes	(17.626)	(1,7%)	(43.385)	(3,7%)	(59,4%)
Diferidos	761	0,1%	2.471	0,2%	(69,2%)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>146.672</b>	<b>14,0%</b>	<b>318.251</b>	<b>27,2%</b>	<b>(53,9%)</b>

### Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços prestados

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.047,6 milhões, comparativamente a R\$1.171,4 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$123,8 milhões ou um decréscimo de -10,6%. Este desempenho foi impactado pelo fechamento das lojas físicas, a partir do dia 21 de março de 2020, como efeito das medidas de isolamento social desencadeadas pelo agravamento da pandemia da COVID-19. O bom desempenho das vendas digitais neutralizou, mesmo que em parte, o impacto negativo do fechamento das lojas. As vendas digitais de 2020 atingiram R\$309,4 milhões, crescimento de 191,2%, representando 18,1% do faturamento total, impulsionado pelas iniciativas de omnicanalidade, principalmente, pelo projeto “Joias em Ação”, iniciativa de vendas diretas criada em abril, após o fechamento das lojas, que no ano representou 25,5% das vendas do canal digitais, ganhando relevância mês após mês.

Assim, as Vendas em Mesmas Lojas (Same Store Sales - SSS) no período foi de -12,2%, considerando a receita bruta, líquida de devoluções, de lojas com 12 meses de operação, além de incluir as receitas do e-commerce. A recuperação foi gradual, mês após mês, sendo que no último trimestre o SSS foi de 11,3%.

### Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 330,1 milhões, comparativamente a R\$ 373,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 43,6 milhões ou -11,7%. O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados representou 31,5% e 31,9% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Essa queda deveu-se principalmente ao menor volume de vendas do período, como reflexo da pandemia da COVID-19.

O Lucro Bruto de 2020 totalizou R\$ 717,5 milhões, queda de -10,1% comparado ao mesmo período do ano anterior, com expansão de 0,4 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,5%. A Margem Bruta registrada está alinhada aos patamares saudáveis de rentabilidade da Companhia, mesmo considerando um movimento mais intenso de Black Friday e o aumento sequencial do custo de insumos.

A adequada composição de estoques em todas as categorias, combinada com a correta política de precificação contribuíram para a rentabilidade atingida, demonstrando, mais uma vez, a capacidade da Companhia de gerir custos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Receitas (despesas) operacionais

#### Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 365,3 milhões, comparativamente a R\$ 360,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 5,2 milhão ou +1,5%. As despesas com vendas representaram (34,9%) e (30,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A alavancagem operacional apresentada é explicada, principalmente pela depreciação e amortização no total de R\$ 33,6 milhões, que, em 2020, passou a ser registrada como despesas com vendas e, em 2019, foi integralmente contabilizada como despesas gerais e administrativas.

Analisando as despesas por natureza, a Companhia registrou redução em (i) despesas com pessoal, pela adesão à Lei 14.020/2020, que permitiu a suspensão dos contratos das colaboradoras de lojas, durante todo o período em que as lojas estiveram fechadas, e redução de jornada após reabertura, com efeitos gradativamente menores até dezembro/20; (ii) despesas com aluguéis, pelos descontos obtidos em decorrência do fechamento das lojas e renegociação de contratos vigente; e (iii) nas Despesas com Serviços de Terceiros, refletindo as readequações orçamentárias adotadas ao longo do ano. Em contrapartida às reduções mencionadas acima, registramos aumento nas Despesas com Frete e Tributos, reflexo da maior relevância das vendas digitais, bem como nas Despesas de Marketing, resultado do maior investimento em marketing digital.

#### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 153,7 milhões, comparativamente a R\$ 183,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 29,8 milhões ou -16,2%. As despesas gerais e administrativas representaram (14,7%) e (15,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Essa redução foi resultado principalmente, (i) da menor Depreciação e Amortização, em decorrência da reclassificação de parte para Despesa com Vendas; (ii) da redução das Despesas com Pessoal, em razão dos benefícios da adesão à Lei 14.020/2020, que neutralizou, em parte, o aumento de quadro administrativo ocorrido no último ano para reforço de áreas estratégicas e da estrutura de governança corporativa, além do reconhecimento de R\$ 14,9 milhões de despesas não recorrentes com pessoal, referentes ao IPO, que aumentou essa rubrica em 2019.

#### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,6 milhões, comparativamente a R\$ 107,7 milhão no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$100,9 milhões. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas representaram 0,6% e 9,2% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao efeito positivo não recorrente de R\$ 103,7 milhões da contabilização do ganho de ação judicial referente à bitributação do ICMS na base do PIS/COFINS, em 2019.

O reconhecimento dos créditos atualizados monetariamente de PIS e COFINS referente habilitação do crédito protocolada na Receita Federal em maio de 2019, conforme decisão favorável transitada em julgado de 13 de dezembro de 2018, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 15 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições federais. O montante de créditos registrado no período totaliza R\$152,4 milhões, dos quais R\$103,7 correspondente ao valor do principal.

#### Lucro antes do resultado financeiro

O lucro antes do resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 205,1



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões, comparativamente a R\$ 361,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 156,6 milhões ou -43,3%. O lucro antes do resultado financeiro representou 19,6% e 30,9% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído aos efeitos acima mencionados.

### Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em -R\$ 41,5 milhões, comparativamente a -R\$ 2,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de - R\$ 39,1 milhões. O Resultado Financeiro líquido representou (0,4%) e (0,2%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

As despesas financeiras totalizaram - R\$ 65,2 milhões, em dezembro de 2019 e - R\$ 69,2 milhões, no mesmo período do ano anterior, essa leve redução observada em 2020 reflete o menor custo da dívida, pela queda da taxa básica de juros (CDI). As receitas financeiras registraram R\$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 66,8 milhões, em dezembro de 2019, essa queda significativa, é atribuída, substancialmente, ao impacto não recorrente de R\$ 53,7 milhões na correção monetária dos créditos tributários da bitributação do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS, conforme já mencionado no item de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Excluindo este efeito, as receitas financeiras teriam registrado aumento de R\$ 10,6 milhões, em 2020, em razão do carregamento do rendimento das aplicações financeiras, resultado do esforço de preservação de caixa feito ao longo do ano.

### Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 163,5 milhões, comparativamente a R\$ 359,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 195,6 milhões ou -54,5%. O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social representou 15,6% e 30,7% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos mencionados acima.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de renda e a contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de -R\$ 16,9 milhões, comparativamente a -R\$ 40,9 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 24,1 milhões ou -58,8%. O imposto de renda e a contribuição social representou (1,6%) e (3,5%) da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A alíquota efetiva de 10,3% em 2020 foi beneficiada pela declaração de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 25,0 milhões, em dezembro de 2020, a ser ratificado na Assembleia Geral de Acionistas, que será realizada em abril.

### Lucro líquido

O lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 146,7 milhões, comparativamente a R\$ 318,3 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$ 171,6 milhões ou -53,9%. O lucro líquido representou 14,0% e 27,2% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

O resultado do ano foi afetado pelo fechamento das operações, a partir de março, mas demonstra a gradual recuperação, principalmente a partir de agosto. O esforço contínuo na contenção de despesas, bem como as iniciativas de omnicanalidade foram fundamentais para a neutralização dos impactos.

Importante destacar que o lucro líquido reportado no exercício de 2019 foi beneficiado pelo efeito não recorrente, referente à ação de exclusão do ICMS da base de PIS/Cofins. Em bases comparáveis, excluindo o total de R\$ 101,3 milhões, referente às despesas do IPO, no 4T19, bem como o ganho total da ação

## **2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

mencionada acima, ambos líquidos de imposto, o resultado teria sido -32,4% menor em 2020.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO (em R\$ milhares)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2022 vs 2021	AH 2021 vs. 2020	AH 2020 vs. 2019
Caixa e equivalentes de caixa	160.036	5,5%	325.588	12,7%	477.319	22,3%	435.844	20,4%	(50,8%)	(31,8%)	9,5%
Títulos e valores mobiliários	155.139	5,3%	141.707	5,5%	59.725	2,8%	-	0,0%	9,5%	137,3%	na
Contas a receber	663.797	22,6%	531.777	20,7%	410.263	19,2%	425.833	19,9%	24,8%	29,6%	(3,7%)
Estoques	709.712	24,2%	527.139	20,6%	365.184	17,1%	348.034	16,3%	34,6%	44,3%	4,9%
Impostos a recuperar	55.870	1,9%	47.627	1,9%	101.034	4,7%	95.247	4,4%	17,3%	(52,9%)	6,1%
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	16.464	0,6%	8.223	0,3%	3.262	0,2%	7.669	0,4%	100,2%	152,1%	(57,5%)
Instrumentos derivativos ativo	-	-	1.159	0,0%	11.767	0,5%	6.796	0,3%	na	(90,2%)	73,1%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.761.019</b>	<b>60,1%</b>	<b>1.583.220</b>	<b>61,8%</b>	<b>1.428.554</b>	<b>66,7%</b>	<b>1.319.425</b>	<b>61,6%</b>	<b>11,2%</b>	<b>10,8%</b>	<b>8,3%</b>
Títulos e valores mobiliários	67.692	2,3%	186.405	7,3%	164.876	7,7%	-	0,0%	(63,7%)	13,1%	na
Depósitos judiciais	28.213	1,0%	15.016	0,6%	13.457	0,6%	13.680	0,6%	87,9%	11,6%	(1,6%)
Contas a receber partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	na	NA	na
Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.153	6,8%	112.318	4,4%	67.831	3,2%	54.200	2,5%	77,3%	65,6%	25,2%
Instrumentos derivativos ativo	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.715	0,1%	na	NA	na
Impostos a recuperar	181.693	6,2%	156.048	6,1%	116.090	5,4%	168.344	7,9%	16,4%	34,4%	(31,0%)
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	na	NA	na
Imobilizado	652.165	22,2%	480.988	18,8%	340.907	15,9%	311.620	14,6%	35,6%	41,1%	9,4%
Intangível	42.239	1,4%	29.874	1,2%	8.981	0,4%	9.546	0,4%	41,4%	232,7%	(5,9%)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.171.154</b>	<b>39,9%</b>	<b>980.649</b>	<b>38,2%</b>	<b>712.142</b>	<b>33,3%</b>	<b>560.104</b>	<b>26,2%</b>	<b>19,4%</b>	<b>37,7%</b>	<b>27,1%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.932.173</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.563.869</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.140.697</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.879.529</b>	<b>87,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>19,8%</b>	<b>13,9%</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2022 vs 2021	AH 2021 vs. 2020	AH 2020 vs. 2019
<b>CIRCULANTE</b>											
Fornecedores	104.961	3,6%	88.207	3,4%	53.198	2,5%	36.421	1,9%	19,0%	65,8%	46,1%
Fornecedores Convenio	40.247	1,4%	69.349	2,7%	-	0,0%	-	0,0%	(42,0%)	na	na
Empréstimos e financiamentos	116.970	4,0%	127.176	5,0%	277.821	13,0%	190.934	10,2%	(8,0%)	(54,2%)	45,5%
Receitas Diferidas	1.010	0,0%	1.010	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	na	na	na
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	92.338	3,1%	78.046	3,0%	49.922	2,3%	65.175	3,5%	18,3%	56,3%	(23,4%)
Obrigações tributárias	111.610	3,8%	113.491	4,4%	92.177	4,3%	86.778	4,6%	(1,7%)	23,1%	6,2%
Parcelamento de tributos	260	0,0%	267	0,0%	327	0,0%	457	0,0%	(2,5%)	(18,4%)	(28,4%)
Arrendamentos a pagar	19.766	0,7%	17.141	0,7%	10.367	0,5%	14.856	0,8%	15,3%	65,3%	(30,2%)
Instrumentos derivativos passivo	672	0,0%	-	0,0%	39.955	1,9%	-	0,0%	na	(100,0%)	na
Arrendamentos direito de uso a pagar	59.546	2,0%	59.920	2,3%	22.353	1,0%	24.119	1,3%	(0,6%)	168,1%	(7,3%)
Juros sobre capital próprio a pagar	2	0,0%	58.183	0,5%	12.482	0,6%	8.124	0,4%	(100,0%)	1,8%	53,6%
Dividendos a pagar	85.704	2,9%	12.709	574,3%	-	0,0%	-	0,0%	na	na	na
Obrigações contratuais e serviços a pagar	79.283	2,7%	47.380	1,8%	-	na	na	na	na	na	na
Outras obrigações	13.882	0,5%	1.417	0,1%	30.441	1,4%	31.950	1,7%	879,5%	(95,3%)	(4,7%)
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>726.252</b>	<b>24,8%</b>	<b>674.296</b>	<b>26,3%</b>	<b>589.043</b>	<b>27,5%</b>	<b>458.813</b>	<b>24,4%</b>	<b>7,7%</b>	<b>14,5%</b>	<b>28,4%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Empréstimos e financiamentos	108.186	3,7%	164.037	6,4%	112.500	5,3%	79.420	4,2%	(34,0%)	45,8%	41,7%
Instrumentos derivativos passivo LP	1.814	0,1%	-	-	-	na	-	na	na	na	na
Parcelamento de tributos	415	0,0%	633	0,0%	815	0,0%	1.865	0,1%	(34,5%)	(22,3%)	(56,3%)
Receitas Diferidas LP	2.693	0,1%	3.703	-	-	na	-	na	na	na	na
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.254	0,6%	17.054	0,7%	24.636	1,2%	15.234	0,8%	7,0%	(30,8%)	61,7%
Arrendamentos direito de uso a pagar	415.097	14,2%	310.148	12,1%	235.273	11,0%	225.281	12,0%	33,8%	31,8%	4,4%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias LP	-	na	1.266	0,0%	6.954	0,3%	9.193	0,5%	na	(81,8%)	na
Outras obrigações	1.508	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	na	na	na
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>547.968</b>	<b>18,7%</b>	<b>496.842</b>	<b>19,4%</b>	<b>380.178</b>	<b>17,8%</b>	<b>330.992</b>	<b>17,6%</b>	<b>10,3%</b>	<b>30,7%</b>	<b>14,9%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>											
Capital social	1.105.381	37,7%	1.105.381	43,1%	1.105.381	51,6%	1.052.340	56,0%	0,0%	0,0%	5,0%
Reserva de Lucros	615.069	21,0%	339.918	13,3%	119.136	5,6%	37.384	2,0%	80,9%	185,3%	218,7%
Ações em Tesouraria	(14.694)	-0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	na	na	na
Reservas de capital	(53.041)	-1,8%	(53.041)	(2,1%)	(53.041)	(2,5%)	-	0,0%	na	na	na
Opções Outogadas	5.238	0,2%	473	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	na	na	na
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.657.953</b>	<b>56,5%</b>	<b>1.392.731</b>	<b>54,3%</b>	<b>1.171.476</b>	<b>54,7%</b>	<b>1.089.724</b>	<b>58,0%</b>	<b>19,0%</b>	<b>18,9%</b>	<b>7,5%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.932.173</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.563.869</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.140.697</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.879.529</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,4%</b>	<b>19,8%</b>	<b>13,9%</b>

### COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

#### Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 1.761,0 milhões, em comparação com R\$ 1.583,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 60,1% em 31 de dezembro de 2022 e 61,8% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento, de R\$ 177,8 milhões ou 11,2%, decorreu principalmente de: (i) contas a receber, reflexo natural do incremento de vendas no período e (ii) aumento na posição de estoques pela aceleração da expansão orgânica e ampliação do sortimento, da categoria joias.

#### Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 1.171,2 milhões, em comparação com R\$ 980,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 39,9% em 31 de dezembro de 2022 e 38,2% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento, de R\$190,5 milhões ou

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

19,4%, decorreu principalmente por aumento de: (i) R\$ 171,2 milhões de aumento de imobilizado, pela adição de novas lojas ao longo de 2022; e (ii) aumento de R\$ 86,8 milhões em imposto de renda e contribuição social deferidos, pelo aumento da produção da fábrica de Manaus.

### Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R\$ 726,3 milhões, em comparação com R\$ 674,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante foi de 24,8% em 31 de dezembro de 2022 e 26,3% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento nominal de R\$ 52,0 milhões ou 7,7%, decorreu de: (i) aumento de R\$ 16,7 milhões na linha de fornecedores; (ii) aumento de R\$ 73,0 milhões nos dividendos a pagar; e (iii) o maior volume de obrigações contratuais pelo aumento do parque de lojas nos últimos anos.

### Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 548,0 milhões, em comparação com R\$ 496,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 18,7% em 31 de dezembro de 2022 e 19,4% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento, de R\$ 51,1 milhões ou 10,3%, deu-se principalmente pelo aumento de R\$ 104,9 milhões na linha de arrendamentos direito de uso a pagar pela adição dos contratos das novas lojas.

### Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 1.657,9 milhões, em comparação com R\$ 1.392,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esta variação, de R\$ 265,2 milhões ou 19,0%, deu-se pelo aumento de R\$ 275,3 milhões em reservas de lucros, em função do resultado acumulado no período.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

### Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 1.583,2 milhões, em comparação com R\$ 1.428,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 61,8% em 31 de dezembro de 2021 e 66,7% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 154,6 milhões ou 10,8%, decorreu principalmente do (i) aumento de R\$161,9 milhões nos estoques da Companhia, reflexo da estratégia de adequação da composição do estoque, aumentando o sortimento de produtos nas lojas e composição dos estoques das novas lojas inauguradas, e (ii) aumento de R\$ 121,5 em contas a receber, reflexo natural do incremento de vendas no período.

### Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 980,6 milhões, em comparação com R\$ 712,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 38,2% em 31 de dezembro de 2021 e 33,3% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$268,5 milhões ou 37,7%, decorreu principalmente pelo aumento de (i) R\$ 140,1 milhões de imobilizado, pela adição de novas lojas ao longo de 2021; e (ii) R\$ 44,5 milhões em imposto de renda e contribuição social deferidos.

### Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 674,3 milhões, em comparação com R\$ 589,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,3% em 31 de dezembro de 2021 e 27,5% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento nominal de R\$ 85,2 milhões, ou 14,5%, decorreu do (i) aumento de R\$ 69,3 milhões na linha de fornecedores convênio, estratégia adotada pela Companhia para alongar o prazo de pagamento de fornecedores de matéria prima,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

através de operações de Risco Sacado; (ii) aumento de R\$ 35,8 milhões na linha de juros sobre capital próprio a pagar; e (iii) aumento de R\$ 16,8 milhões na linha de fornecedores.

Em contrapartida aos aumentos mencionados acima, a linha de empréstimos e financiamentos ficou menor em R\$ 150,1 milhões, refletindo a amortização de aproximadamente R\$100 milhões no 1T21, após captação adicional realizada no 4T20 para aproveitamento do benefício temporário de IOF.

### Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 496,8 milhões, em comparação com R\$380,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 19,4% em 31 de dezembro de 2021 e 17,8% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$ 116,7 milhões ou 30,7%, deu-se principalmente pelo aumento de (i) R\$ 74,8 milhões na linha de arrendamentos de direito de uso a pagar pela adição dos contratos das novas lojas; e (ii) aumento de R\$51,5 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, resultado do movimento de alongamento da dívida.

### Patrimônio líquido combinado

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.392,7 milhões, em comparação com R\$ 1.171,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$ 221,2 milhões ou 18,9%, deu-se pelo aumento de R\$ 220,8 milhões em reservas de capital, em função do resultado acumulado no período.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

### Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 1.428,6 milhões, em comparação com R\$ 1.319,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 66,7% em 31 de dezembro de 2020 e 70,2% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 109,1 milhões ou 8,3%, decorreu principalmente do (i) aumento de R\$41,5 milhões no caixa da Companhia, reflexo da geração de caixa operacional, bem como pela disciplina financeira que garantiu preservação dos recursos no período e (ii) aumento de R\$ 17,2 em estoques, principalmente pelo maior número de operações.

### Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 712,1 milhões, em comparação com R\$ 560,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 33,3% em 31 de dezembro de 2020 e 29,8% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$152,1 milhões ou 27,2%, decorreu principalmente pelo aumento de (i) R\$ 164,9 milhões referente aos títulos e valores mobiliários, em razão da diversificação dos investimentos da tesouraria; (ii) R\$ 24,0 milhões de aumento de imobilizado, pela adição de investimento ao longo de 2020; e (iii) R\$ 13,6 milhões em imposto de renda e contribuição social deferidos.

### Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$ 589,1 milhões, em comparação com R\$ 495,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,9% em 31 de dezembro de 2020 e 26,4% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 93,7 milhões, ou 18,9%, decorreu do (i) aumento de R\$ 15,8 milhões na linha de arrendamentos direito de uso a pagar; (ii) aumento de R\$ 16,8 milhões na linha de fornecedores; e (iii) aumento de R\$ 86,9 milhões na linha de empréstimos e financiamentos, para ajuste na estrutura de capital da Companhia.

### Passivo não circulante

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$ 380,2 milhões, em comparação com R\$321,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 17,3% em 31 de dezembro de 2020 e 28,9% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$ 58,4 milhões ou 18,1%, deu-se, principalmente, pelo (i) aumento de R\$33,1 na linha de empréstimos e financiamentos, pelas captações de alongamento da dívida; e (ii) R\$ 10,0 milhões na linha de arrendamentos de direito de uso a pagar pela adição dos contratos das novas lojas.

### Patrimônio líquido combinado

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 1.224,5 milhões, em comparação com R\$ 1.062,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$ 261,2 milhões ou 13,5%, deu-se ao aumento de R\$ 116,5 em reservas de capital, pelo resultado do período.

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(em R\$ milhares)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	AH 2022 X 2021	AH 2021 X 2020	AH 2020 X 2019
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	63.309	219.771	252.093	44.528	(71,2%)	(12,8%)	466,1%
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	(32.450)	(207.589)	(269.313)	(32.430)	(84,4%)	(22,9%)	730,5%
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	(196.411)	(163.915)	58.695	338.966	19,8%	(379,3%)	(82,7%)

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 63,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma geração de caixa de R\$ 219,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução na geração de caixa de R\$ 156,4 milhões, ou -71,2%, é justificada, principalmente, pelo maior investimento em capital de giro.

### Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 32,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um consumo de R\$ 207,6 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido das atividades de financiamento totalizou R\$ 196,4 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma geração de caixa de R\$ 163,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$ 32,5 milhões é justificada pela amortização de dívidas e maior volume de distribuição de resultados.

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 219,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma geração de caixa de R\$252,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução na geração de caixa de R\$ 32,8 milhões, ou -13,0%, é justificada, principalmente, pela maior alocação em capital de giro pela retomada da operação das lojas e correspondente crescimento em vendas.

### Fluxo de caixa das atividades de investimento

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 207,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a um consumo de R\$ 269,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse recuo de R\$ 61,7 milhões, ou -22,9%, é justificado pela redução no investimento em aplicações financeiras de R\$ 121,1 milhões. Em contrapartida, a aquisição de imobilizado e intangível teve um aumento de R\$ 59,3 milhões, em razão da aceleração do plano de expansão orgânica das lojas Vivara e Life.

### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido das atividades de financiamento totalizou R\$ 163,9 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma geração de caixa de R\$ 58,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$ 222,6 milhões, ou -379,3%, é justificado por (i) uma redução em R\$ 196,0 milhões nas captações de empréstimos, abatidas as amortizações de empréstimos e (ii) pela distribuição de JCP e dividendos em R\$12,5 milhões.

## **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

### Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 252,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um caixa de R\$ 44,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento na geração de caixa de R\$ 207,6 milhões, ou 466,1%, é justificado, principalmente, pela maior alocação em capital de giro.

### Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 269,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um consumo de R\$ 32,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$ 236,8 milhões, ou 730,5%, é justificado por um aumento de aplicações financeiras.

### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento totalizou R\$ 58,7 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um uso de R\$ 339,0 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este recuo de R\$ 280,3 milhões, ou -82,7%, é justificado por: (i) um aumento de R\$ 70,8 milhões nas captações de empréstimos, abatidas as amortizações de empréstimos e (ii) pelo aumento de capital e captação de recursos referente à Oferta Pública de Ações, concluída em outubro de 2019.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2. Os diretores devem comentar sobre:

#### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

##### (i) *Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia e, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, deu-se por meio de suas lojas físicas espalhadas por todas as regiões do país, estando localizadas em 24 estados e o Distrito Federal. A receita da Companhia é composta pela venda de mercadorias divididas em quatro categorias de produtos: (i) joias, através da marca “Vivara”; (ii) Life, com os produtos exclusivos da marca; (iii) relógios, através de venda de produtos de marca própria, bem como de marcas de terceiros; e (iv) acessórios. As categorias mencionadas são comercializadas em rede própria, nas 243 lojas Vivara, 72 lojas exclusivas da marca Life, 21 quiosques e na plataforma de *e-commerce* que atende mais de 2.900 cidades.

Além da venda de mercadorias, a Companhia também possui receita originada pela prestação de serviços de reparo e manutenção de peças.

##### (ii) *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: benefícios fiscais, inflação, desemprego, crédito ao consumidor, valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$), tendências e comportamento de compra do consumidor e a volatilidade no preço das commodities ouro e prata, que são os principais insumos do processo produtivo.

A Companhia está inserida no segmento de varejo e as operações consistem principalmente na venda de joias confeccionadas com ouro e prata, relógios, perfumes e acessórios diversos. Assim, os resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

(i) Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: Nossa indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2022, 2021 e 2020 apresentou variação de 2,9%, 4,7% e -4,1%, respectivamente. A taxa média anual de desemprego no Brasil também é um bom indicador macroeconômico que reflete possíveis oscilações de demandas do país.

(ii) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto, principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 5,8%, 10,1% e 4,5%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 respectivamente. O IGP-M apresentou variação de 5,45%, 17,8% e 23,1% para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 respectivamente.

(iii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais, já que muitos produtos que comercializamos possuem componentes importados, de forma que seus custos variam com a variação do câmbio como, por exemplo, pedras preciosas. Ainda, uma parte significativa dos nossos insumos são atrelados ao dólar. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 o dólar apresentou variação ao ano de 5,3%, 7,3% e 29,0%, respectivamente.

(iv) Comportamento de compra do consumidor: Estamos constantemente pesquisando quais são as demandas dos nossos clientes e quais tendências podem refletir em possíveis mudanças de comportamento de compra. Realizamos pesquisas de tendências, inovações e satisfação com nossos consumidores e potenciais consumidores também para entender onde podemos melhorar nossa oferta de produtos e o serviço que prestamos, para continuar entregando a melhor experiência de compra possível. As pesquisas de tendências realizadas buscam entender os fatores pessoais, sociais e culturais



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

que podem interferir no comportamento de compra do consumidor.

(v) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos, ouro, prata e pedras preciosas, são commodities, cujos preços flutuam no mercado global e podem afetar adversamente as nossas vendas, margens e, consequentemente, Lucro Líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços ou adequar portfólio de produtos a realidades distintas de custo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o grama do ouro em reais apresentou variação ao ano de -5,4%, 1,8% e -61,4%, respectivamente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o grama da prata em reais apresentou variação ao ano de -3,8%, -7,4% e 90,8%, respectivamente.

(vi) Benefícios fiscais: Os benefícios fiscais possuem relação direta com o preço praticado na venda de nossos produtos e, caso os incentivos sejam suspensos, modificados, cancelados, revogados, não sejam renovados ou prorrogados, nossa situação financeira pode ser afetada adversamente.

### **b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxa de câmbio e inflação**

Historicamente, os resultados mostram que temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossos produtos, bem como trabalhar no desenvolvimento de peças de novas coleções de forma a reduzir, em momentos pontuais, o impacto de fortes oscilações de preço de matérias primas e garantir que a pirâmide de produtos da Companhia tenha produtos em diferentes níveis de preço.

Além disso, variações de receitas também podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, cotação de commodities (ouro e prata), taxa de inflação ou na taxa de juros.

### **c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra dos nossos consumidores, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação, cotação de metais preciosos e dólar são periodicamente repassadas para nossos clientes. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos. Já um aumento significativo do dólar norte americano ou da cotação de ouro, por exemplo, encareceria os nossos produtos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução dos mesmos índices tornaria esses produtos mais baratos, estimulando mais suas vendas. Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias.

**2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases****2.3. Os diretores devem comentar:****a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.1.**

Os Diretores informam que a Companhia não adotou ou verificou alterações significativas nas práticas contábeis. Ainda, informam que por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras da Companhia.

**b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022 não possuem ressalvas ou ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não foram realizadas constituições, aquisições ou alienações pela Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

#### c. Eventos ou operações não usuais

Em 2022, não ocorreram evento ou operações não usuais tal qual ocorreram nos anos anteriores (2021 e 2020).

No primeiro e no segundo trimestre de 2021, com a pandemia da COVID-19, a receita Companhia sofreu impacto em razão do fechamento das lojas no primeiro semestre do ano. Porém, considerando a recuperação dos meses subsequentes, o ano consolidado de 2021 não apresenta impactos de alta relevância nesse sentido.

Em 2020, com a pandemia da COVID-19, a Companhia teve um impacto negativo de 10,2% na receita, em razão do fechamento das lojas ao longo do ano. A recuperação foi gradual, mês após mês, sendo que no último trimestre o crescimento foi de 14,4%.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5. Medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e impostos de renda):

#### a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em reais, exceto se de outra forma indicado)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	490.298	366.516	263.351
Margem EBITDA	26,6%	25,0%	25,1%
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	401.082	293.870	216.319
Margem EBITDA Ajustado	21,8%	20,0 <sup>(1)</sup>	20,7% <sup>(1)</sup>
Dívida Líquida	157.710	362.487	311.600
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	(0,4)	(1,2)	(1,4)
Liquidez Geral	2,3x	2,2x	2,2x
Liquidez Corrente	2,4x	2,3x	2,4x

<sup>(1)</sup> Ajustado uma vez que não considera os efeitos não recorrentes no resultado, referente à ação de exclusão do impacto da adoção do IFRS 16 / CPC 06, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, incorporando R\$97,3 milhões em 2022, R\$72,6 milhões em 2021, R\$47,0 milhões em 2020 referente aos aluguéis, que deixaram de ser reconhecidos como despesa no resultado.

<sup>(2)</sup> Além da exclusão dos efeitos do IFRS 16, foram excluídos os seguintes efeitos não recorrentes: (i) 2022: R\$5,5 milhões de Fee de Sucesso pela eliminação de riscos tributários em autos de infração, relacionados ao desembaraço de mercadorias de importação entre 2012 e 2014 e R\$2,6 milhões referente à pagamento complementar para a DIFAL de 2021; e (ii) R\$ 7,5 milhões pela baixa de créditos de PIS/COFINS de períodos anteriores.

#### EBITDA

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156").

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, resultado financeiro líquido e despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA não é a medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas

## 2.5 Medições não contábeis

similares. Embora a forma de calcular o EBITDA siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### MARGEM EBITDA

A partir do cálculo mencionado no EBITDA acima, divide-se o total do EBITDA pela receita operacional líquida, gerando a Margem EBITDA.

A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza a Margem EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular a Margem EBITDA siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Margem EBITDA divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Margem EBITDA divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### EBITDA AJUSTADO

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, resultado financeiro líquido e despesas com depreciação e amortização.

A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado, gerando o EBITDA Ajustado. Efeitos não recorrentes são caracterizados por efeitos pontuais que acontecem no resultado da Companhia. Por estes montantes não fazerem parte recorrente do resultado, a Companhia opta em realizar o ajuste para que no “EBITDA Ajustado” apareçam apenas números recorrentes.

Como efeitos não recorrentes, a Companhia pode citar por exemplo o ganho de ações judiciais específicas que distorcem de maneira significativa o resultado, impactando indicadores como receita e despesa financeira, bem como imposto de renda e contribuição social.

## 2.5 Medições não contábeis

O EBITDA Ajustado não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular o EBITDA Ajustado siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA Ajustado divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida. Para fins de comparabilidade com períodos anteriores, excluimos o efeito da adoção do IFRS16/CPC06 no ano de 2019, único ano com a nova norma em vigor.

### MARGEM EBITDA AJUSTADO

A partir do cálculo mencionado no EBITDA Ajustado acima, divide-se o total do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida, gerando a Margem EBITDA Ajustado.

A Margem EBITDA Ajustado não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular a Margem EBITDA Ajustado siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Margem EBITDA Ajustado divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Margem EBITDA Ajustado divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### DÍVIDA LÍQUIDA

A “Dívida Líquida” é a resultante do somatório dos empréstimos de curto e longo prazos presentes no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia subtraídos da soma de Caixa e equivalentes de caixa com Títulos e valores mobiliários presentes no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante da Companhia.

A Dívida Líquida não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia

## 2.5 Medições não contábeis

utiliza a Dívida Líquida como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a forma de calcular a Dívida Líquida siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Dívida Líquida divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Dívida Líquida divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### LIQUIDEZ GERAL

O índice de liquidez geral é a divisão da soma do ativo circulante com itens realizáveis a longo prazo do ativo não circulante (títulos e valores mobiliários, depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas, imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos derivativos de longo prazo, impostos a recuperar de longo prazo e investimentos) pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante. Embora a forma de calcular a liquidez geral siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Liquidez Geral divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Liquidez Geral divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

### LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de liquidez corrente é a divisão entre o ativo circulante pelo passivo circulante. Embora a forma de calcular a liquidez corrente siga um método padronizado, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse método padronizado. Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, a Liquidez Corrente divulgada pela Companhia pode não ser comparável à Liquidez Corrente divulgada por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Adicionalmente, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

## 2.5 Medições não contábeis

### b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA (em reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício / período	360.854.418	298.490.271	146.672.109
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	-29.819.817	35.313.290	16.864.628
(+) Resultado financeiro, líquido	45.337.728	31.509.470	41.541.899
(+) Depreciação e amortização	113.925.892	71.830.019	58.272.745
EBITDA	490.298.221	366.516.470	263.351.381
Receita operacional líquida	1.843.735.089	1.466.386.885	1.047.547.041
Margem EBITDA	26,59%	25,00%	25,10%

EBITDA AJUSTADO (em reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício / período	360.854.418	298.490.271	146.672.109
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	-29.819.817	35.313.290	16.864.628
(+) Resultado financeiro, líquido	45.337.728	31.509.470	41.541.899
(+) Depreciação e amortização	113.925.892	71.830.019	58.272.745
EBITDA	490.298.221	366.516.470	263.351.381
Efeitos Não Recorrentes	8.080.766	-	-
Efeitos do IFRS16/CPC06 (aluguéis)	-97.297.225	72.646.527	47.032.333
EBITDA Ajustado	401.081.762	293.869.943	216.319.047
Receita operacional líquida	1.843.735.089	1.466.386.885	1.047.547.041
Margem EBITDA Ajustado	21,75%	20,00%	20,70%

DÍVIDA LÍQUIDA (em reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Bruta	225.156.645	291.212.771	390.320.621
Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	116.970.427	127.176.043	277.820.621
Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	108.186.217	164.036.728	112.500.000
(-) Caixa e equivalente de caixa	160.035.979	325.587.601	477.319.379
(-) Títulos e valores mobiliários	222.830.957	328.112.269	224.601.459
DÍVIDA LÍQUIDA (CAIXA LÍQUIDO)	-157.710.291	-362.487.099	-311.600.217

LIQUIDEZ GERAL (em reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	1.761.018.595	1.583.219.784	1.428.554.304
Realizável a longo prazo	1.171.154.216	980.649.050	712.142.413
Passivo circulante	726.251.925	674.295.867	589.042.909
Passivo não circulante	547.967.619	496.841.604	380.177.994
LIQUIDEZ GERAL	2,3x	2,2x	2,2x

LIQUIDEZ CORRENTE (em reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	1.761.018.595	1.583.219.784	1.428.554.304
Passivo circulante	726.251.925,2	674.295.867	589.042.909
LIQUIDEZ CORRENTE	2,4x	2,3x	2,4x



## 2.5 Medições não contábeis

### **c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

#### **EBITDA**

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro operacional contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

#### **MARGEM EBITDA**

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão da sua margem financeira e de resultado de suas operações porque mostra, em formato percentual, o verdadeiro lucro operacional contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que a Margem EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

#### **EBITDA AJUSTADO**

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para analisar sua performance financeira operacional, pois entende que é a medida não contábil de resultado que mais se aproxima da geração de caixa operacional. Aqui são eliminados todos os efeitos não recorrentes do resultado, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio e foram efeitos pontualmente registrados no resultado.

#### **MARGEM EBITDA AJUSTADO**

A Companhia utiliza a margem EBITDA Ajustado para analisar sua margem de performance financeira operacional, pois entende que é a medida não contábil de margem que mais se aproxima da geração de caixa operacional. Nesta margem estão eliminados todos os efeitos não recorrentes, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio e foram efeitos pontuais registrados no resultado.

#### **DÍVIDA LÍQUIDA**

A Companhia entende que a dívida líquida é o montante de dívida que mais se aproxima da realidade da Companhia dado que existe um montante em caixa e em títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras) que podem ser utilizados a qualquer momento para amortização da dívida bruta dado que são ativos totalmente líquidos.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros

## 2.5 Medições não contábeis

negócios semelhantes ao da Companhia.

### **LIQUIDEZ GERAL**

A Companhia entende que este índice leva em consideração a sua situação a longo prazo, incluindo no cálculo os direitos e obrigações de longo prazo e reflete se a Companhia está ganhando ou perdendo liquidez nos últimos anos podendo assim traçar estratégias mais assertivas para projetos futuros, inclusive no referente a financiamentos.

### **LIQUIDEZ CORRENTE**

A Companhia entende que este índice avalia a sua capacidade de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, representando a saúde do caixa.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Em 15 de março de 2023 restou publicada a sentença denegando a segurança nos autos do Mandado de Segurança de n.º 0012008-56.2014.4.01.3200, que trata da discussão quanto a Bitributação do IPI na revenda de produtos importados. Com esta decisão, a tutela recursal foi revogada e, diante disso, a Companhia retomará os recolhimentos mensais do IPI e efetuará o depósito judicial, no prazo de 30 dias da publicação da sentença, dos valores devidos cujos recolhimentos estavam suspensos. Os valores envolvidos estão provisionados e divulgados na nota explicativa n.º 14, das Demonstrações Financeiras Anuais, divulgadas em 16 de março de 2023.

**2.7 Destinação de resultados****2.7 Destinação de resultados****Política de destinação dos resultados**

2022	
<b>a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>A política da Companhia prevê a dedução do montante correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, a ser destinado para a constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos 4 (quatro) montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva Estatutária de Lucros”, que terá por fim reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.</p>
<b>b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>A parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório mínimo, que não poderá ser inferior em cada exercício a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, depois das deduções e adições previstas no item a, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.</p>
<b>c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>A política de destinação de resultados segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>
<b>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>
<b>e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	<p>A Companhia tem uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em 14 de maio de 2021. A Política poderá ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (<a href="http://www.ri.vivaracom.br">www.ri.vivaracom.br</a>), em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8. Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia e de suas subsidiárias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### **2.9. Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

#### **a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10. Plano de negócios

#### a. Investimentos, incluindo:

##### ***(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos***

No resultado acumulado de 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível somaram R\$ 137,7 milhões, incluindo a abertura de R\$ 85,1 novos pontos de venda, investimentos em reformas e manutenção de lojas do parque existente, bem como R\$ 26,1 milhões de investimentos em sistemas e equipamentos de TI e R\$ 8,3 milhões de melhorias e expansão da fábrica.

##### ***(ii) Fontes de financiamento dos investimentos***

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

##### ***(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Na data deste documento, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

#### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ao longo de 2022, os investimentos na fábrica foram de R\$ 8,3 milhões, incluindo equipamentos e obras de infraestrutura para ampliação das capacidades produtivas.

#### c. Novos produtos e serviços, indicando:

##### ***(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas***

Não aplicável.

##### ***(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

A Companhia registrou o investimento no montante total de R\$ 17.450.600.79 em projetos de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2022.

##### ***(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados***

Não aplicável.

##### ***(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

## 2.10 Planos de negócios

Não aplicável.

### ***d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG***

Em 2022, os trabalhos estruturantes e de pavimentação feito nos últimos anos começaram a render frutos para a Companhia. Em julho, foi concluído o processo de auditoria para obtenção da Certificação do *Responsible Jewellery Council* (RJC), e em novembro a Vivara se tornou a primeira joalheria brasileira a obter a certificação. Com duração de 3 anos, a certificação reflete a excelência e confiabilidade dos processos internos. Considerando aspectos de responsabilidade social, ambiental e ética em todo negócio, o RJC é a principal autoridade em certificação de padrões na indústria global de relógios e joias, e trabalha com membros de todo mundo para criar uma cadeia de suprimentos sustentável.

Esse reconhecimento reflete o compromisso da Vivara em permear as questões de sustentabilidade nas decisões diárias, garantindo o envolvimento e compromisso de todos, resultando nessa importante conquista. Outro marco importante foi a inauguração da loja de nº 300, sendo a primeira loja da Companhia com certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), projeto que busca incentivar e acelerar a adoção de práticas de construção sustentável. Este sistema de avaliação promove uma abordagem ao edifício por inteiro, desde a concepção do projeto até a construção final e a manutenção dele. Para isso, leva em consideração questões de implantação, uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais, qualidade ambiental interna, estratégias inovadoras e questões de prioridade regional.



2.10 Planos de negócios

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### **2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Ao longo desta seção foram apresentadas as informações financeiras combinadas das subsidiárias da Companhia, Tellerina e a Conipa, com a holding Vivara S.A., para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, pois a Vivara Participações foi constituída em 23 de maio de 2019. Vale ressaltar que as informações de 2019 só foram utilizadas para a comparação com o exercício de 2020.

Já as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são consolidadas, em linha com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia adota uma Política de Gerenciamentos de Riscos aprovada em 15 de agosto de 2019 e revisada em 22 de março de 2022 pelo Conselho de Administração e que pode ser consultada no seguinte endereço:

- Site de Relação com Investidores da Vivara (<https://ri.vivara.com.br>), clique em "Governança Corporativa" e depois em "Estatuto e Políticas". Em seguida procure por "Política de Gerenciamento de Riscos".

A Companhia possui também uma Política Financeira e de Gestão de Riscos Financeiros para Investimentos, Captações e Hedge Cambial que suporta as operações da Companhia e estabelece a governança para decidir assuntos financeiros, a determinação de ratings mínimos de contrapartidas para aplicações, a necessidade de proteção cambial para as dívidas financeiras denominadas em moedas estrangeiras, e o uso equilibrado dos mesmos índices de taxas de juros para ambas operações de ativo e passivo, assim permitindo mitigar os riscos de mercado.

#### **(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos**

A política de gerenciamento de riscos tem como objetivo estabelecer diretrizes, controles, procedimentos e responsabilidades relacionadas à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar a realização das suas estratégias e objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia, a aplicação das melhores práticas de mercado (metodologia COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação dos riscos em todas as suas instâncias.

Ao adotar um processo de gerenciamento de riscos, os principais benefícios esperados pela Companhia são:

- Aumento dos resultados positivos e da vantagem com a diminuição das surpresas negativas;
- Perenidade do negócio;
- Possibilitar à administração da Companhia a tomada de decisões de negócio mais consistentes com uma gestão baseada no gerenciamento de riscos;
- Aumento da resiliência da empresa, contribuindo na busca da excelência na gestão empresarial.

#### **(i) Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações:

- Riscos operacionais – são riscos que envolvem a operação, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

reputação e imagem, declínio do resultado da Companhia, dentre outros;

- Riscos estratégicos – Que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia, os objetivos do negócio e podem ser causados por mudanças no ambiente externo (político, econômico, social, entre outros) e interno;
- Riscos financeiros – são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, taxa de câmbio, dentre outros. Os riscos financeiros também englobam os riscos de crédito, causados por falhas de cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que podem ocorrer principalmente dos recebíveis originados por clientes do varejo, por aplicações financeiras e riscos de liquidez; e
- Riscos de Compliance: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos, políticas internas e código de conduta e ética, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira e prejudicar a imagem e reputação da Companhia.

Os riscos de mercado são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Entre os riscos de mercado, incluem-se a instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia; elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia a função de gestão e identificação dos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia identifica e trata os riscos a que está exposta de forma a controlar suas atividades e sistemas de informações financeiros, operacionais e gerenciais, a fim de garantir que:

- Os riscos de negócio sejam identificados, avaliados e minimizados a um nível aceitável;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, minimizando os custos associados a atividades de controle desnecessárias e/ou a riscos não controlados;
- As áreas potenciais de conflitos de interesse sejam identificadas e os riscos associados sejam minimizados visando assegurar o cumprimento dos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais, bem como, do Código de Conduta;
- Todos os gestores exerçam o papel de “guardiões” da eficácia dos controles dos processos sob sua alçada;
- As recomendações sejam devidamente implementadas, com o objetivo de minimizar o risco dos procedimentos não conformes com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a fraudes, multas e/ou sanções de órgãos externos;
- Os objetivos estratégicos sejam atendidos; e
- Revisões periódicas das políticas, normas e procedimentos das áreas de negócio, bem como sua

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

aderência nos processos da Companhia.

Os instrumentos utilizados pela Companhia são implantados pelos seguintes meios:

- Auditoria interna: A Companhia realiza auditoria interna em relação a 100% de seus processos em cronogramas plurianuais, conforme diretrizes estabelecidas no Plano de Auditoria de Processos, elaborado pela área de Auditoria Interna.
- Auditorias de acompanhamento (follow up): Posteriormente à realização de auditorias internas, a Companhia realiza um monitoramento para confirmação que os planos de ação acordados no âmbito das auditorias internas foram efetivamente implantados.
- Testes de conformidade: Os testes de conformidade têm como objetivo identificar os riscos aos quais a Companhia está exposta e definir planos de ação com as áreas de negócio para mitigar a exposição ao risco.
- Matriz de Riscos: A matriz de riscos da Companhia contempla riscos que podem afetar os seus objetivos de negócios, e são classificados em 4 (quatro) grupos: (i) riscos estratégicos (que, dentre outros, engloba o risco político); (ii) riscos de operações (que, dentre outros, engloba o tecnológico e ambiental); (iii) riscos financeiros; e (iv) riscos de compliance (que, dentre outros, engloba o risco regulatório).
- Canal Aberto: A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, e ao público em geral, um canal exclusivo para relatos de situações consideradas antiéticas, que violem seu Código de Conduta, suas políticas e procedimentos internos e/ou a legislação vigente. Os relatos são recebidos por uma empresa independente e especializada e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro. Relatos podem ser feitos a qualquer momento pelo link [canalaberto-vivara.com.br](https://canalaberto-vivara.com.br) ou pelo telefone 0800 377 8024.
- Apurações de desvios de conduta: A Companhia realiza apurações internas de violações a leis ou políticas internas, e aplica medidas disciplinares de acordo com a gravidade de cada situação. As violações relevantes identificadas são levadas ao conhecimento dos Diretores responsáveis, do Diretor Presidente e do Conselho de Administração.
- Treinamentos Periódicos: A Companhia conta com um programa de treinamento anual com foco em compliance e obrigatório a todos os colaboradores convocados, para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta.
- Due diligence de terceiros: A Companhia realiza uma avaliação legal anual de documentação pública dos fornecedores e prestadores de serviços cujas contratações envolvam pagamentos com valor igual ou superior a R\$50.000,00, conforme diretrizes do Processo de Contratação e Validação de Contratos. Além disso, fornecedores considerados críticos para o negócio, como por exemplo: fornecedores de matérias-primas, produto para revenda ou agente público, a Companhia realiza ampla pesquisa reputacional prévia fornecida por terceiros especializados e replicada anualmente caso o fornecedor continue ativo.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para os riscos de mercado a Companhia utiliza swaps para gerenciar riscos relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e conforme as práticas da Companhia, que estabelecem que a exposição no balanço deve ser neutralizada entre 80% a 100%.

A Companhia utiliza atualmente contratos de *swap* como principal mecanismo de proteção contra riscos relacionados a flutuações das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de alguns de nossos contratos de endividamento. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI nos expõe a um risco menor de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, na mesma extensão de nossas vendas financiadas caracterizando, assim, um risco macroeconômico.

Não utilizamos o instrumento de hedge ou outros instrumentos para a proteção patrimonial em relação a riscos de variações nas taxas de juros ou câmbio.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade: (i) do Conselho de Administração; (ii) do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças; (iii) da Comissão interna de Riscos; (iv) das áreas de Riscos: Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Prevenção de Perdas; e (v) das áreas de negócio, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. Esta seção elenca as principais responsabilidades de tais órgãos neste processo:

- Conselho de Administração
  - (a) Definir o Apetite aos Riscos estratégicos da Companhia;
  - (b) Acompanhar a evolução da gestão de Riscos por meio do enquadramento da Companhia aos limites estabelecidos;
  - (c) Definir os direcionamentos e decisões, relativos à gestão de riscos, levados ao Comitê de Auditoria, Riscos e finanças para aprovação.
- Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças
  - (a) Acompanhar as atividades de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos e Controles Internos;
  - (b) Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a Riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
  - (c) Acompanhar a Matriz de Riscos estratégicos da Companhia e recomendar ao Conselho de Administração a sua revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões;
  - (d) Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade das Políticas internas e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração
- Comissão Interna de Riscos

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (a) Assegurar a independência da avaliação de riscos, visando o atingimento da estratégia e objetivos da Companhia;
- (b) Avaliar e definir as diretrizes, quando acionada, devido à ausência de consenso entre a área de negócio e as áreas de Riscos ou demais linhas, a respeito de um risco, fator de risco, controle ou plano de ação;
- (c) Validar os reports dos riscos previamente à apresentação ao Conselho de Administração e/ ou Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.
- Auditoria Interna
  - (a) Elaborar o Plano Anual de Auditoria de Processos e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, para posterior execução;
  - (b) Divulgar os resultados das auditorias (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos), para as estruturas anteriores;
  - (c) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança;
  - (d) Realizar auditorias de acompanhamento (*follow up*);
  - (e) Disponibilizar indicadores e informações ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, para posterior deliberação sobre os níveis de apetite a risco.
- Área de Compliance
  - (a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
  - (b) Identificar Riscos de conformidade e recomendar a adequação necessária para atender aos padrões exigidos por órgãos reguladores ou definidos pela Companhia;
  - (c) Informar a área de Controles Internos quando identificado um risco estratégico ou operacional relevante, para que seja avaliado e, se confirmado, inserido na matriz de riscos correspondente;
  - (d) Identificar Riscos reputacionais relacionados a sustentabilidade do negócio considerando a cadeia de fornecimento, contratação de colaboradores e terceiros em geral;
  - (e) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de Compliance da Companhia, implantando ações contínuas para garantir a conformidade e a mitigação dos riscos apontados pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos.
- Área de Controles Internos
  - (a) Identificar riscos para garantir a perenidade do negócio;
  - (b) Garantir a estrutura de controles internos que permitem compreender os principais riscos

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

decorrentes de fatores internos e externos, com vista a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente;

- (c) Apoiar a primeira linha nos processos de gerenciamento de riscos, atuando como consultoria;
  - (d) Monitorar os controles associados aos principais riscos existentes na Companhia;
  - (e) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas de mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
  - (f) Observar, avaliar e recomendar a segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência, potenciais conflitos de interesse existentes nas ou entre as áreas de Negócios;
  - (g) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados;
  - (h) Promover a cultura de gerenciamento e mitigação dos riscos da Companhia;
- Prevenção de Perdas
    - (a) Elaborar o Cronograma Anual de Inventários nos pontos de vendas e áreas de suporte, inclusive fábrica e centros de distribuição, e submetê-lo à aprovação do Diretor Presidente, para posterior execução;
    - (b) Divulgar os resultados dos inventários realizados (relatórios, apresentações executivas, sumários executivos);
    - (c) Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos processos dos pontos de venda e gestão de estoque da Companhia;
    - (d) Apoiar as áreas de negócio para a elaboração dos planos de ação para mitigação dos riscos e correções de falhas identificados na avaliação do processo;
    - (e) Informar à Controles Internos quando identificar um risco estratégico ou operacional relevante, para que seja avaliado e se confirmado, inserido na Matriz de Riscos correspondente.
  - Áreas de Negócios
    - (a) Identificar e monitorar os riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão;
    - (b) Executar as atividades e tomar decisões em linha com as disposições da política de gerenciamento de riscos e das demais diretrizes da Companhia, de forma a minimizar sua exposição a riscos;
    - (c) Implantar os planos de ação em resposta ao monitoramento dos riscos envolvidos direta ou indiretamente nas operações sob sua gestão, de acordo com as deliberações tomadas em conjunto



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

com a área de Auditoria Interna, Compliance, o Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças ou o Conselho de Administração.

### **(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A área de Riscos da Companhia revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração. A matriz de riscos estratégico é submetida, no mínimo, trimestralmente para avaliação da Comissão Interna de Riscos e semestralmente à Comissão de Auditoria, Riscos e Finanças e ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da área de Riscos, inclusive da Auditoria Interna, para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade das Política de Gerenciamento de Riscos e da Política Financeira e de Gestão de Riscos Financeiros para Investimentos, Captações e Hedge Cambial.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 Descrição dos controles internos

**(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia utiliza dois sistemas principais para registro das suas operações. O ERP Capta registra as operações de vendas (Contas a Receber), processo produtivo e de armazenagem de estoque, além do processo de distribuição. O controle de estoque é feito por códigos de barra individuais para todas as joias e relógios possibilitando a rastreabilidade total do produto desde a fabricação interna ou compra de fornecedores até a venda para o cliente final. Mesmo após a venda é possível acompanhar o produto caso o mesmo eventualmente volte para a companhia em casos de devolução ou conserto, por exemplo. Na parte produtiva é possível acompanhar sistemicamente a falha de metal (ouro e/ou prata) em cada fase de produção, auxiliando na gestão de perdas ou identificação de desvios.

Implantado em 2022, o ERP SAP registra as operações de compra de matérias-primas, produtos para revenda, materiais de uso e consumo, ativos e contratação de prestações de serviço diversos. 100% das apurações fiscais são realizadas no ERP SAP, bem como os registros contábeis e financeiros da Companhia.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Neste sentido, mensalmente, a Companhia realiza as seguintes atividades:

- Acompanhamento dos fechamentos dos PDV's (Frente de Caixa) das integrações Financeiras;
- Verificação de consistência das integrações por meio de conciliações;
- Análise e registro de possíveis contingências;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras; e
- Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas de negócio.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Além disso, a Companhia realiza inventário de estoque de produto acabado e matéria prima duas vezes por ano em seus centros de distribuição e fábrica. Para os pontos de venda, são realizados inventários diários das categorias joias, relógios e acessórios e semanais para a categoria Life. Anualmente, no mínimo, é realizado um inventário geral por equipe especializada para garantir a acurácia do estoque.

A equipe de Auditoria Interna ainda seleciona, utilizando como principais critérios a materialidade e a pré-análise de riscos realizada pela área de Controles Internos, processos para realização de auditoria de processos com avaliação no impacto contábil. Adicionalmente, os times de Compliance e Controles Internos, acompanham os indicadores operacionais e estratégicos para monitorar a efetividade e eficiência dos controles implantados nas áreas de negócio com a finalidade de mitigar a exposição ao risco.

Além disso, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão de seus controles internos.

### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

Mensalmente, as áreas de Departamento Pessoal, Fiscal e Financeiro disponibilizam os documentos necessários para fins de conciliação contábil. Além disso, a área Jurídica apoia no registro e publicação das contingências.

Em periodicidade anual e semestral, respectivamente, a área de Prevenção de Perdas realiza inventários nos pontos de venda, centros de distribuição e fábrica.

Anualmente são executadas auditorias nos processos aprovados no Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e Conselho de Administração. Testes de conformidade são executados pela área de Controles Internos nos processos considerados como mais críticos para a Companhia. Além disso, as áreas Financeira e Jurídica prestam auxílio em relação às circularizações das instituições financeiras/adquirentes e dos advogados, respectivamente. A área Comercial auxilia com informações sobre destaques para fins de avaliação de provisões.

A área de Contabilidade é responsável pelo fechamento das demonstrações mensais, atendimento aos auditores externos e redação das notas explicativas.

Tais áreas atuam em conjunto, de maneira integrada, não havendo subordinação entre elas.

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A Companhia conta com uma área de Planejamento Financeiro e Análise Corporativa (Financial Planning & Analysis), que é responsável por verificar mensalmente a consistência dos registros efetuados na contabilidade comparando-os com o orçado para o período, bem como calcular indicadores financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, balanço patrimonial e fluxo de caixa), reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da companhia nas tomadas de decisão. A área fica sob gestão da Diretoria Financeira.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**(d) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

O auditor independente não identificou falhas significativas nos controles internos da companhia.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada**

Não se aplica.

## 5.3 Programa de integridade

### **5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Código de Conduta: O Código de Conduta é a expressão do que a Companhia valoriza e acredita. O documento reflete a ideologia organizacional da Companhia, e busca estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética, transparente, profissional e de respeito mútuo. O Código de Conduta procura gerenciar riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, oferta e recebimento de brindes e presentes, assédio, confidencialidade das informações, corrupção, lavagem de dinheiro, entre outros. O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu website de relações com investidores. São realizadas revisões periodicamente para incorporar esclarecimentos que se façam necessários e/ou boas práticas demandadas pelo mercado.

Código de Conduta de fornecedores: Em complemento ao Código de Conduta mencionado acima, esse código especifica as condutas esperadas na cadeia de fornecedores da Companhia afim de reforçar o compromisso em garantir que toda a matéria-prima, produtos e serviços sejam entregues de forma sustentável, ética e justa. O documento está disponível no site [ri.vivara.com.br](http://ri.vivara.com.br) na parte de Sustentabilidade.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: A Companhia possui uma Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro que é aprovada pelo Conselho de Administração com o objetivo de aumentar o nível de diligência da Companhia na conscientização, prevenção, e identificação dos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo previstos na legislação aplicável. Diariamente, é realizada a verificação dos valores recebidos em espécie. Caso sejam identificados recebimentos em espécie superiores a R\$30 mil, ou que totalizem este valor nos 6 (seis) meses anteriores, a Companhia realiza o informe da operação ao COAF. A Companhia conta também com um Gestor de Prevenção, papel desempenhado pela Diretoria Fiscal, o qual é responsável pelo envio das notificações compulsórias e resultantes de suspeição ao COAF, por tirar dúvidas de qualquer colaborador na realização de uma operação de venda, além de outras atribuições estabelecidas na referida Política.

Adicionalmente, são comunicadas ao COAF quaisquer operações que, considerando as partes e demais envolvidos, os valores, o modo de realização, o meio e a forma de pagamento, ou a ausência de fundamento econômico ou legal, possam apresentar indícios relevantes de ocorrência dos crimes previstos na Lei n.º 9.613/1998 ou relacionados.

Além disso, a Companhia utiliza uma ferramenta de consulta automatizada às listas atualizadas de Pessoas

### 5.3 Programa de integridade

Politicamente Expostas e de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas para todas as lojas e lideranças da área de vendas da Companhia. Como diligência adicional, o Gestor de Prevenção confronta diariamente a base de clientes da Companhia com listas restritivas disponível na ferramenta contratada pela companhia e parametrizada para identificar e monitorar eventuais operações realizadas entre a Companhia e indivíduos que possam estar mencionados nas referidas listas.

Norma Interna Anticorrupção: Em 2022, a Companhia revisou e atualizou a norma interna de Anticorrupção que obriga a Companhia a conduzir seus negócios de maneira ética e com absoluta integridade. A Norma exige o cumprimento de todas as leis e regulamentos aplicáveis contra suborno e corrupção. Espera-se que todos os Colaboradores da Companhia se familiarize com esta Norma e a observem, reconheçam e reportem possíveis questões relacionadas a situações de anticorrupção com tempo suficiente para que sejam tratadas de maneira adequada pelo Departamento de Compliance.

Norma Interna referente a recebimento e concessão de brindes, presentes e hospitalidades: O objetivo dessa norma é orientar e auxiliar a conduta dos colaboradores da Companhia quanto ao recebimento ou oferecimento de brindes, presentes, hospitalidades e outros benefícios, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção de caráter público ou privado. As disposições desta Norma devem ser interpretadas em conjunto com as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Conduta e a Norma Interna Anticorrupção da Companhia.

Norma Interna referente a concessão de doações e patrocínios: O objetivo dessa norma é definir as diretrizes que orientam a escolha, formalização e realização de doações e/ou patrocínios da Companhia. Uma das principais diretrizes é a obrigatoriedade de análise reputacional do seu eventual beneficiário antes de qualquer doação ou patrocínio por parte da Companhia. As disposições desta Norma devem ser interpretadas em conjunto com as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Conduta e a Norma Interna Anticorrupção da Companhia.

A Companhia também conta com procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, tais como:

- Investigação a fraudes: A área de Compliance realiza investigação de denúncias diretas ou oriundas do Canal Aberto utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, pode contratar serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e levantar documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado à Comissão de Conduta para a tomada de decisão aplicável e em última instância ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança.
- Procedimento de Due Diligence: A área de Compliance realiza análise reputacional dos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, consultores, patrocinados e beneficiários de doações, que tenham relacionamento ou que venham a ser relacionar com a Companhia, visando obter informações importantes acerca desses parceiros e terceiros em geral, de tal forma que a companhia consiga cumprir os padrões de ética e integridade estabelecidos no Código de Conduta, na Norma Interna Anticorrupção e nas leis e regulamentações aplicáveis.
- Treinamentos anuais aplicados pela área de Compliance: São realizados treinamentos periódicos acerca do Código de Conduta, Compliance, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e ou via e-learning, divididos por tema e abrangência, conforme o público-alvo.

### 5.3 Programa de integridade

A Companhia realizará periodicamente a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção, na Lei de Prevenção a Lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo e avaliação do Programa de Integridade, como iniciativa de aprimoramento regular e constante do seu programa de Compliance.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de Compliance é responsável por desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados.

A área de Compliance é responsável por:

- (a) Assegurar a conformidade com leis, regulamentos internos, políticas e procedimentos da Companhia;
- (b) Desenvolver e gerir políticas e normas internas, a fim de padronizar procedimentos e orientações existentes nas diferentes áreas, além de atender as legislações vigentes;
- (c) Monitorar os controles associados aos principais riscos de conformidade existentes na Companhia;
- (d) Manter sistemas e rotinas de controles internos alinhados com as melhores práticas do mercado, bem como revisões periódicas e atualizações, para que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente corrigidas;
- (e) Elaborar, periodicamente, relatórios e indicadores para a Diretoria e comitês relacionados; e
- (f) Desenvolver o programa de integridade e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados;

A Companhia também conta com uma Comissão de Conduta, de caráter permanente, responsável por analisar as ocorrências mais relevantes de situações antiéticas relatadas por colaboradores, terceiros fornecedores e prestadores de serviços, ou pelo público em geral e que acompanha as ocorrências recebidas por meio do canal de denúncias da Companhia denominado Canal Aberto. O Comissão de Conduta mantém o sigilo de todos os relatos recebidos pelo Canal Aberto e fiscaliza a aplicação do Código de Conduta da Companhia.

A depender da relevância da situação relatada no Canal Aberto, o Comitê de Pessoas, Cultura e Governança poderá ser acionado para deliberação.

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança foi criado em 15 de agosto de 2019 e é constituído por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia.

São atribuições do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança da Companhia:

- (a) Avaliar e recomendar políticas e/ou práticas de (i) remuneração; (ii) recrutamento, nomeação e sucessão, incluindo os critérios para contratação e demissão de executivos de acordo com a "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria da

### 5.3 Programa de integridade

Vivara Participações S.A.”; e (iii) avaliação de performance e de engajamento dos colaboradores;

- (b) prezar pelo desenvolvimento organizacional da Companhia e de seus colaboradores;
- (c) examinar as novas políticas e acompanhar e revisar as políticas em vigor relacionadas aos temas de pessoas, cultura e governança da Companhia;
- (d) monitorar temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas;
- (e) apoiar na elaboração e revisão do processo de avaliação dos executivos, observadas as disposições do “Regimento Interno do Conselho de Administração da Vivara Participações S.A.”;

O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança se reúne em caráter ordinário, no mínimo a cada três meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê.

As convocações serão realizadas por escrito, via e-mail, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da data da respectiva reunião, especificando hora e local e, preferencialmente, incluindo a ordem do dia. Na hipótese de assuntos que exijam apreciação urgente, a reunião do Comitê poderá ser convocada em prazo inferior ao descrito acima.

O Comitê poderá convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos, sendo observado seu orçamento anual.

As deliberações do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança são reportadas em atas de reuniões, registrando-se os ausentes, bem como a participação extraordinária de terceiros que não façam parte da reunião. As reuniões do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança sempre têm caráter sigiloso, sendo que todo novo participante deve assinar termo de confidencialidade específico.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê serão consignados nas atas de suas reuniões, e delas deverão constar os pontos relevantes das discussões, a relação dos presentes, menção às ausências justificadas, as providências solicitadas e eventuais pontos de divergências entre os membros.

As principais regras de funcionamento do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança estão definidas em seu regimento interno.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, colaboradores e demais públicos que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedade, clientes, acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, fornecedores, sindicatos, associações de classe e todos os outros públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia a dia.



### 5.3 Programa de integridade

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia conta com um programa de treinamento com foco em compliance de caráter obrigatório a todos os colaboradores convocados, para a qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta da Vivara.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, são conduzidos pela área de Compliance.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores e conselheiros, devem assinar um termo de compromisso com as diretrizes do Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta, políticas internas ou a legislação vigente estão estabelecidas da Norma Interna de Medidas disciplinares, sendo: (i) advertência oral ou por escrito, (ii) suspensão, (iii) desligamento e (iv) demissão por justa causa. As sanções acima citadas estão previstas no Código de Conduta da Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O atual Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião de 30 de setembro de 2021 pelo Conselho de Administração.

O documento está disponível na intranet da Companhia e em seu website de relações com investidores, através do seguinte link: <http://ri.vivara.com.br>.

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia conta com um canal de denúncias (Canal Aberto), administrado por uma empresa externa independente e especializada com atuação internacional.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Todos os colaboradores da Companhia, bem como terceiros fornecedores e prestadores de serviços, e o público em geral, têm à disposição um canal de denúncias (Canal Aberto), para envio de relatos de situações consideradas antiéticas, que violem o Código de Conduta da Companhia, suas políticas e procedimentos internos e/ou as legislações vigentes.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelo link [canalaberto-vivara.com.br](http://canalaberto-vivara.com.br) ou pelo telefone 0800 377 8024.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Os relatos são recebidos pela empresa externa e podem ser realizados de forma anônima, garantindo,

### 5.3 Programa de integridade

assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses. Todas as informações são tratadas sem rastreamento, protegendo completamente a identidade do colaborador ou do terceiro.

Como previsto em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera retaliação contra qualquer pessoa que de boa-fé comunicar preocupações ou dúvidas sobre uma possível má conduta.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Compliance da Companhia realiza a investigação de denúncias diretas ou oriundas do canal de denúncias (Canal Aberto) utilizando metodologia interna e, dependendo da complexidade da alegação, contrata serviços específicos para avaliar a veracidade dos fatos relatados e o levantamento de documentos comprobatórios. O resultado da investigação é apresentado à Comissão de Conduta para a tomada das decisões aplicáveis e em última instância ao Comitê de Pessoas, Cultura e Governança.

A Comissão de Conduta, além do descrito acima, também é responsável por analisar as ocorrências relevantes de situações antiéticas relatadas por colaboradores e terceiros fornecedores e prestadores de serviços, inclusive que não estejam descritas no Código de Conduta.

**(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Os procedimentos adotados em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias utiliza ferramentas de due diligence das pessoas jurídicas envolvidas, além da análise de compliance e anticorrupção.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não aplicável. Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamentos de riscos adotada.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.